

**INTERDISCIPLINARIDADE,
CRITICIDADE E FORMAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL NA
UNIVERSIDADE**

**INTERDISCIPLINARITY, CRITICISM
AND SOCIAL AND
ENVIRONMENTAL TRAINING IN THE
UNIVERSITY**

**INTERDISCIPLINARIDAD, CRÍTICA Y
FORMACIÓN SOCIAL Y AMBIENTAL
EN LA UNIVERSIDAD**

**Nelson Russo de Moraes¹
Fernando da Cruz Souza²
Cristiane Teixeira Bazílio Marchetti³
Felipe Góes de Moraes⁴
Joicileia Juliate Fonseca^{5, 6}**

RESUMO

A produção do conhecimento interdisciplinar é pauta central deste trabalho, que traz os desafios da sociedade contemporânea como pano de fundo para um debate sobre a importância do pensamento crítico e da educação socioambiental para a formação de um profissional mais completo em contraposição a muitos dos desejos concretos

¹ Professor Associado Doutor da FCE/UNESP Tupã, docente do PGAD/UNESP e do PPGCOM/UFT. Livre-docente em Gestão e Educação Ambiental (UNESP). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP). Bacharel em Administração (ITE/Bauru). E-mail: nelsonrusso.unesp@gmail.com.

² Estudante de graduação (Curso de Administração) da FCE/UNESP Tupã. E-mail: fernandotraduz@gmail.com.

³ Estudante do Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD/FCE/UNESP Tupã). E-mail: cris.bazilio@hotmail.com.

⁴ Estudante de Mestrado em Ciência Florestal (FCA/UNESP Botucatu). E-mail: felipe.goes.de.moraes@gmail.com.

⁵ Bacharel em Agronomia (FACTO/Palmas/TO). Integrante do GEDGS/UNESP/Tupã. E-mail: joicileia.juliate@hotmail.com

⁶ Endereço para contato dos autores (por correio): Faculdade de Ciências e Engenharia – FCE UNESP. Rua Domingos da Costa Lopes, 780 – Jardim Itaipu – Tupã/SP – CEP 17602-496.

da organização social vigente. Esta comunicação científica desdobra-se dos trabalhos desenvolvidos no GEDGS (Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social) da UNESP a partir da tese e textos de defesa de linha de pesquisa para a obtenção do título de livre-docente em Gestão e Educação Ambiental do Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes, na FCE/UNESP, em setembro de 2019. Conclui em defesa de que, independentemente da área de formação, é importante a instrumentalização do pensamento crítico e o amadurecimento de um olhar socioambiental sobre diferentes grupamentos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação socioambiental. Gestão social. Formação crítica.

ABSTRACT

The production of interdisciplinary knowledge is the central theme of this work, which brings the challenges of contemporary society as a background for a debate on the importance of critical thinking and socio-environmental education for the formation of a more complete professional in opposition to many of the concrete desires. of the current social organization. This scientific communication unfolds from the works developed at UNESP's GEDGS (Study Group on Democracy and Social Management) from the thesis and texts of defense of the research line to obtain the title of professor in Environmental Management and Education of PhD Nelson Russo de Moraes, FCE / UNESP, September 2019. Concludes in defense that, regardless of the area of formation, the instrumentalization of critical thinking and the maturation of a socio-environmental perspective on different human groups is important.

KEYWORDS: Social and environmental education. Social management. Critical formation.

Recebido em: 06.03.2019. Aceito em: 12.06.2019. Publicado em: 01.08.2019

Introdução

Em uma sociedade extremamente complexa e crivada por desafios estabelecidos pelos interesses capitais e políticos, (re)pensar a formação dos profissionais de nível superior é inadiável, inclusive porque o próprio processo formativo é alvo de crescente desestruturação por todo o mundo. A alienação geral e de ordem tecnológica que afeta as pessoas, coloca a sociedade, inerte e com baixo nível de capital social, à mercê dos poderes que pautam e conduzem como querem as circunscrições dos direitos humanos, das políticas públicas e da própria vida, especialmente dos grupos mais frágeis, marginalizados e vulneráveis.

A formação universitária de nível superior, com a responsabilidade de formar profissionais plenos a universalidade, pé crescentemente pressionada à redução de sua amplitude crítica. A partir de um plano filosófico-sociológico, a perspectiva teórico-crítica *frankfurtiana* se coloca como angular à gestão social e à gestão ambiental numa trilha que não se opõe ao desenvolvimento, mas questiona aspectos ainda defendidos para a promoção do crescimento econômico e que a sociedade contemporânea (em parte) apenas observa.

Diante deste contexto, especialmente em cursos de graduação e de pós-graduação stricto-sensu, a contextualização sócio-histórica, o debate crítico acerca da sociedade e os estudos socioambientais devem fazer parte do processo formativo dos futuros profissionais, dentre eles futuros docentes.

Este trabalho constitui-se em desdobramento de estudos e reflexões realizadas dentro do GEDGS (Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social), da UNESP Tupã, a partir da tese e dos textos utilizados para a defesa de linha de pesquisa em nível de Livre-docência em Gestão e Educação Ambiental, do

professor Nelson Russo de Moraes, realizada em setembro de 2019. Após a referida defesa, constituiu-se um grupo de trabalho a fim de uma revisão para a rápida apresentação deste trabalho, resguardando a linha de pesquisa defendida foi "formação crítica e educação socioambiental na universidade: itinerário teórico e prático a partir dos grupos de pesquisa".

Desenvolvimento da linha de pesquisa

O conhecimento constitui-se na seara principal, para além da filosofia, de todo o conjunto das relações humanas, assim a busca pelo conhecimento é algo natural do ser humano que apreende, experimenta, cria, amplia seus limites a partir da observação, do teste e da dialética. Chauí (2002) destaca que desde os pré-socráticos à organização das ideias humanas, quer seja em perspectivas individuais ou em debates como na escola platônica, evidenciava-se a ousada busca pela estruturação de respostas aos problemas postos pela vida em sociedade e ainda pelos arranjos naturais que a precedia.

Não obstante à estruturação das diversas áreas do conhecimento, na época da chamada Revolução das Luzes, e da ação positiva das áreas de atuação profissional que delas decorrem, se faz relevante destacar que o conhecimento e a ação se estruturam como campos complexos que podem (ou não) coadunar e participar de estruturas racionais e planas de áreas do saber ou de profissões; por vezes não coadunam, não se juntam, mas diversos, difusos e contraditórios compõem elementos fundamentais à busca de respostas, à busca de verdades. Sobre isso Hessen (2000) destaca:

A essência do conhecimento está estreitamente ligada ao conceito de verdade. Só o conhecimento verdadeiro é conhecimento efetivo.

"Conhecimento não-verdadeiro" não é propriamente conhecimento, mas erro e engano. Em que consiste, então, a verdade do conhecimento? Segundo o que foi dito, a verdade deve consistir na concordância da "figura" com o objeto. Um conhecimento é verdadeiro na medida em que seu conteúdo concorda com o objeto intencionado. Conseqüentemente, o conceito de verdade é um conceito relacional. Ele expressa um relacionamento, a saber, o relacionamento do conteúdo do pensamento, da "figura", com o objeto. O próprio objeto, ao contrário, não pode ser nem verdadeiro nem falso. De certo modo, ele está para além da verdade e da inverdade. (HESSEN, 2000, p19)

A complexidade do processo de produção do conhecimento nos leva então à necessidade de um olhar interdisciplinar e multirreferenciado para a ampliação dos limites do saber, tomando-se a disciplinaridade e a multidisciplinaridade como vias limitadas para os estudos de problemas e questões complexas. A universidade, neste sentido, se estabelece como um fenomenal ambiente complexo onde é possível a estruturação de sistemas e itinerários próprios e voltados à produção de respostas para problemas, à produção da verdade, à produção do conhecimento.

Ao ano de 1088 a primeira universidade do ocidente é criada em Bolonha, cidade do norte da Itália, onde se estruturaria o Curso de Direito, fazendo com a região se estruturasse como um centro formativo onde outras escolas superiores seriam criadas, especialmente monásticas e episcopais (SIMÕES, 2013). À sequência de Bolonha (Itália), ter-se-iam estruturadas as universidades de Sourbornne (França) e de Oxford (Reino Unido) e de Modena (Itália), já em 1.175, dentre outras que as seguiriam. No Brasil, segundo levantamento histórico da Dra. Mara Leite Simões (da Universidade Federal da Paraíba - UFPB), as universidades começariam a se estruturar em 1808, a partir da vinda da família real de Portugal. Neste sentido, Masetto (2002), narra que em 1820 foram criadas três escolas de ensino superior no Brasil, sendo de direito em Olinda (Pernambuco), de medicina em Salvador (Bahia) e de engenharia (Rio de Janeiro).

Darcy Ribeiro em sua obra "A universidade necessária" (RIBEIRO, 1975) esclarece que o primeiro modelo universitário brasileiro foi autárquico centralizado e com maior valorização das áreas exatas e tecnológicas, em detrimento às áreas de filosofia, ciências humanas e teologia. Ribeiro (1975) destaca que a estrutura universitária implantada não absorveu os ditames da estruturação da chamada "sociedade nacional" nos conteúdos de seus cursos de graduação, um modelo imposto e que até a contemporaneidade se estrutura de modo contrário às perspectivas socioambientais. Assim, historicamente foi sendo estruturado o ensino superior no Brasil, com vistas a formação em diversas áreas, mas especialmente com vistas a formar professores para atuar em escolas básicas (de ensino fundamental e médio) e nos cursos superiores. Sobre as preocupações formativas daquela época, Simões (2013) destaca:

[...] as questões básicas da formação do professor do ensino superior, quais sejam: trabalhar em equipe, refletir sobre sua prática e sobre a dimensão ética da profissão, planejar com base didática e na aprendizagem, orientar para o mercado de trabalho, planejar e avaliar na visão participativa, desenvolver a formação continuada, a pesquisa e a extensão. Estes, entre outros, são os dilemas e as exigências que implicam o papel do professor universitário. Ressaltamos, ainda, a discussão da formação generalista versus formação especialista entre os professores das Instituições de Ensino Superior. (SIMÕES, 2013, p.142-143)

Conforme Simões (2013); Masetto (2002) e Silva (1989), já havia na primeira metade do século XX um debate sobre o perfil do egresso, especialmente quanto a formação em perspectivas mais especialista ou generalista, bem como acerca da pesquisa como via instrumental para a formação profissional.

Boaventura de Souza Santos e Naomar de Almeida Filho, na obra "A universidade no século XXI: para uma universidade nova" (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008) destacam de modo aprofundado sobre a inserção da universidade

na estrutura internacional posta na contemporaneidade e acerca dos desafios para a estruturação de projetos e processos entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Ao debater sobre a transnacionalização do mercado universitário, os autores abarcam o desinteresse dos governos pela manutenção das universidades públicas, orientando-as gradativamente à sustentação via financiamento estudantil e à orientação às lógicas de mercado, citando muitos exemplos de países europeus.

Ao tratar sobre o processo formativo intra-universitário, Santos e Almeida Filho (2008) destacam que as preocupações latentes da primeira metade do século XX (acima destacadas conforme investigações de Simões, 2013 e Silva, 1989) ainda se mostram pautadas no período de sua produção, 2008.

O conhecimento universitário – ou seja, o conhecimento científico produzido nas universidades ou instituições separadas das universidades, mas detentoras do mesmo ethos universitário – foi, ao longo do século XX, um conhecimento predominantemente disciplinar cuja autonomia impôs um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às premências do cotidiano das sociedades. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p.40)

Boaventura de Souza Santos e Naomar de Almeida Filho (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008) destacam ao longo de sua obra, algo também tratado por Chauí (2003) em seu artigo intitulado “A universidade pública sob nova perspectiva” (CHAUÍ, 2003): o distanciamento entre a produção de conhecimento acadêmico e a aplicação destes na resolução de problemas ou superação de desafios da sociedade.

Ao trazer o debate sobre a falta de ligação entre demandas da sociedade e o foco das pesquisas, Boaventura (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008) volta-se à responsabilidade da universidade criticando a desarticulação dos saberes e

apontando a estruturação de maiores níveis de contextualização articulação entre os campos disciplinares e a realidade em que se inserem. Os autores destacam que “o conhecimento pluri-universitário é um conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada” (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p.41), e assevera:

É um conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p.41)

Ao tratar dos maiores níveis de diálogo entre diferentes disciplinas, Santos e Almeida Filho (2018) dialogam que este caminho traz a possibilidade do fortalecimento de redes entre a universidade e o setor produtivo (agricultura, indústria, comércio e serviços), entre a universidade e os movimentos sociais e suas organizações, entre a universidade e o próprio Estado e mesmo entre diferentes universidades, de distintas áreas e abrangências geográficas.

Outros pesquisadores que tratam sobre a importância do diálogo interdisciplinar como húmus para o desenvolvimento de pesquisas mais voltadas ao real contexto dos problemas e desafios da sociedade também se alinham “a noção de uma ciência isolada do resto da sociedade se tornará tão absurda quanto a ideia de um sistema arterial desconectado do sistema venoso” (LATOURE, 2001, p.97), para o autor o trabalho perde a cientificidade ao distanciar-se do restante daquilo que ele envolve.

No sentido de propiciar maior flexibilidade, arejamento e possibilidades articuladas e criativas aos integrantes da universidade (e mesmo de fora dela), os grupos de pesquisa constituem-se em territórios imateriais onde professores,

pesquisadores, profissionais, estudantes e membros da comunidade fortalecem um tecido social de apoio científico, uma rede de pesquisa.

Considerada a liberdade e a capilaridade dos grupos de pesquisa, nas mais diferentes universidades e faculdades brasileiras, uma infinidade de possibilidades jamais possíveis à matriz curricular, que obediente à uma estrutura disciplinar obrigatória e voltada ao mercado de trabalho, dentro de uma limitada carga horária, não possibilitaria. É possível estabelecer os grupos de pesquisa como “celeiros” possivelmente bem abastecidos de ideias e propostas interdisciplinares, que complementares à formação estabelecida pelo ensino, fariam muita diferença ao cidadão egresso da universidade.

Em um país de tão ampla envergadura, extensão e diversidade ambiental, social e cultural, a universidade brasileira busca meios para admitir estudos, que transversais à formação profissional, tornariam mais eficiente o processo formativo como um todo e mais factível a sustentabilidade da sociedade que absorve seus egressos.

Considerações finais

A formação acadêmica em todas as áreas tem ampliado gradativamente sua envergadura ao atendimento das demandas de mercado de trabalho, o que está bastante correto no sentido de se formar profissionais mais competitivos em que pese melhor qualificados à resolução dos problemas específicos das empresas e organizações demandantes. Contudo, as implicações são gravíssimas à perspectiva da formação do ser humano como um todo, envolto à complexidade do seu ser social e ainda responsável pela sustentabilidade ambiental, social e econômica, nesta ordem. Este é um debate que há muito

tempo recai e se desdobra no plano de orientação da ação do ensino superior pelo mundo todo: “o que se quer da Academia?”

O Tratado de Bolonha (ou Declaração de Bologna), acordo assinado por 29 países europeus e leste-asiáticos (e mais 18 países associados) em 1999, para além de facilitar o trânsito estudantil e implementar o sistema de créditos (em caráter internacional) é muito criticado (por um determinado alinhamento de cientistas sociais) por se constituir em marco histórico, a partir do qual os cursos de nível superior passaram a formar profissionais desatrelados e desengajados dos contextos sociais e voltados de modo excessivamente técnico à resolução dos problemas das organizações especialmente empresariais (PORTO JÚNIOR, 2017).

O debate vai ao encontro da percepção de uma triste retomada de alguns paradigmas vencidos de que o crescimento econômico seria equivalente ao desenvolvimento e de que as ações humanas não interfeririam na condução ambiental planetária (DIAS, 2017). O fato é que, na universidade, a busca da celeridade formativa e da absorção do egresso pelo mercado de trabalho deixou, na última década, de ser um debate qualitativo da sociedade de modo geral e dos colegiados em específico, passando à composição numérica, percentil e infelizmente pautada como métrica de avaliação das universidades.

Neste interim, disciplinas de conteúdo reflexivo, de cunhagem social, ambiental e filosófica são preteridas nas reorganizações dos projetos pedagógicos de cursos de graduação e na condução de conteúdos nos cursos de pós-graduação em nível *stricto-sensu*. Ao plano geral, ao passo em que – gradativamente – a universidade reduz a criticidade e a amplitude filosófico-social dos seus processos formativos, em muitas nações do mundo, e em específico no Brasil, uma nova agenda “contra-ambiental” e “contra-social” vai sendo imposta.

Pelo mundo e pela história da humanidade, a subalternização da natureza e dos recursos finitos aos processos produtivos crescentemente exigentes, narrados por Leff (2011) renunciaram desde a segunda metade do século XIX uma crise ambiental anunciada, que chegou a níveis alarmantes a partir das décadas de 1970 e 1980. Destaca-se que a crise ambiental alterou as preocupações globais e as agendas das organizações mundiais ligadas à sustentabilidade e à boa gestão dos recursos finitos: “a construção de uma racionalidade ambiental implica, portanto, a reorientação do progresso científico e tecnológico numa perspectiva interdisciplinar que articula os processos sociais e naturais para a gestão social do desenvolvimento sustentável”. (LEFF, 2011, p. 100).

Leff (2011) assevera que o saber ambiental se estabelece entrelaçado à condição humana, numa perspectiva interdisciplinar numa perspectiva interdisciplinar de conhecimento socioambiental, que segundo o mesmo autor é de ordem crítica:

O saber ambiental questiona os comportamentos associados às práticas de consumo derivadas da sociedade pós-industrial e os interesses disciplinares que obstaculizam a produção de estudos integrados do processo de desenvolvimento; da mesma forma problematiza as ideologias que orientam as demandas das classes trabalhadoras e dos movimentos populares para satisfazer suas necessidades básicas através do acesso ao mercado de trabalho e da redistribuição de renda. (LEFF, 2017, p.100)

A ordem planetária, estruturada por suas nações e organizada a partir de suas hierarquias, traz que pequenos grupos e minorias que são (em tese) constitucionalmente defendidas pela sociedade de maneira ampla e pelo Estado em específico, acabam sendo pressionados pelos interesses capitais e de exploração da natureza para além de seus limites. O sociólogo Ferdinand Tönnies (TÖNNIES, 1957) descreve que as comunidades, de modo geral, são

subalternizadas e vivem “sateletizadas” pela sociedade, urbana e consumista.

Nesta linha, Leff destaca:

Esta situação é mais notória nos grupos marginalizados do processo econômico nacional, mais dependentes de suas condições de enraizamento territorial e de sua integração cultural no nível local, para definir suas necessidades materiais e espirituais, e alcançar níveis básicos de autossuficiência e bem-estar. Nenhum salário real compensa a perda da integridade cultural dos povos e a degradação do potencial produtivo de seus recursos, do progresso para a morte étnica e a destruição ecológica, muito mais efeito de uma racionalidade econômica do que de uma catástrofe natural. (LEFF, 2017, p.101)

No Brasil, a condição ímpar de diversidade étnico-cultural impele a academia a um especial desafio dentro do campo dos diálogos socioambientais: tratar da questão do etnodesenvolvimento de povos originários e de comunidades tradicionais. Nesta seara complexa, pelo que foi circunscrito teoricamente neste trabalho, a universidade, independentemente da área de formação de seus egressos, não pode se omitir a se fazer propício húmus formativo crítico e de educação socioambiental, afim de se produzir conhecimento científico respeitoso ao conhecimento tradicional, contextualizado às expressões da questão social, críticos e alinhados à verdade sócio-histórica da formação da sociedade nacional brasileira.

Assim, a formação crítica e a educação socioambiental se fazem fundamentais para que (à exceção de um bom contingente de estudantes – infelizmente – já refratário à criticidade) a universidade possa, multirreferencial por sua própria vocação, propor olhares plurais que permitam à sociedade ser humanamente mais sustentável.

Artigos e capítulos produzidos pelo livre-docente e que compuseram sua defesa de linha de pesquisa:

MORAES, N.R.; MORALES, A.G.; BRAGA JÚNIOR; S.S.; PEREIRA, D.F.; NERES, J.C.I.; PORTO JÚNIOR, F.G.R. A gestão social como tema integrador de ensino, pesquisa e extensão na universidade brasileira. Anais do XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU. Florianópolis: UFSC, 2014.

MORAES, N.R.; SILVA, C.; BAÚTE E SILVA, G.T.; CORBO, R.; SOUZA, D.O.; PEREIRA, K.A. A gestão social como tema integrador de ensino, pesquisa e extensão na graduação em Administração. Anais do V ENEPQ/ANPAD. Salvador: ANPAD, 2015.

BRAGA, W.R.O.; MORAES, N.R.; BAPTISTA, R.D.; PUTTI, F.F.; BRAGA JÚNIOR, S.S. A construção da percepção ambiental de estudantes universitários brasileiros. Revista Observatório. V.4, n.3, 2018.

MORAES, N.R.; SOUZA, F.C.; BARROZO, P.; RUIZ, S.C.M. Políticas públicas: estatuto científico. In: MORAES, N.R. et al. Convergências entre os campos da comunicação, democracia e gestão social. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 91 a 126.

MORAES, N.R.; MELO, V.G.N.; MORAES, D.R.; GAMBA, F.B.; LIMA, A.R.; SOUZA, F.C. Missão Amazônia: atividade de imersão acadêmica em comunidades tradicionais amazônicas: debate sobre metodologias de ação e cooperação para o resgate da identidade e do pertencimento comunitário. In: MORAES et al. Povos originários e comunidades tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária – vol.2. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018, p. 85 a 126.

MORAES, N.R.; SOUZA, D.O. Cooperação para o desenvolvimento via terceiro setor: estudo da parceria entre a Associação Alemã Arabras e comunidades tradicionais amazônicas brasileiras. In: MORAES, N.R. et al. Povos originários e comunidades tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária – vol.2. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018, p. 51 a 84.

MORAES, N.R. et al. Geraizeiros na Amazônia: estudo da Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO). In: MORAES, N.R. et al. Povos originários e comunidades tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária – vol.1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018, p. 137 a 162.

MORAES, N.R.; LIMA, A.T.; RODRIGUES, J.A.; BOCHE, A.H. Revisitando a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Anais do X ENAPEGS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social). Juazeiro do Norte/CE: Universidade Federal do Cariri, 2018.

Referências

BARBIERI, J.C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRAGA, W. R. DE O.; MORAES, N. R. DE; DIAS BAPTISTA, R.; PUTTI, F. F.; BRAGA JÚNIOR, S. S. A CONSTRUÇÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS. **Revista Observatório**, v. 4, n. 3, p. 1076-1106, 29 abr. 2018.

CHAUÍ, M. Introdução à história da filosofia – vol.1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista brasileira de educação. Set/out/nov/dez/2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n24a02.pdf>>

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em <http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao_institucional/>

COSTA, C. Sociologia. São Paulo: moderna, 2010.

DE MORAES, N. R.; MARTÍNEZ, M. P.; RUIZ, S. C. M.; MOMBELLI, G. S.; BISPO, B. L.; SILVA, G. T. B. E; PACANARO, Y. G. Origens teóricas da corrupção na gestão pública contemporânea: debate conceitual. **Revista Observatório**, v. 1, n. 2, p. 156-173, 8 dez. 2015.

DE MORAES, N. R.; CAMPOS, A. C.; SILVA, M. L.; SOUZA, F. C. COMUNIDADES TRADICIONAIS: cultura e identidade. **Revista Observatório**, v. 3, n. 5, p. 501-522, 1 ago. 2017.

DE MORAES, N. R.; BRUMATTI, L. M.; LIMA, A. R.; CAMPOS, A. C. ANÁLISE DA CONVERGÊNCIA CONCEITUAL DOS TERMOS "TERRITÓRIO" E "COMUNIDADE TRADICIONAL" NO BRASIL. **Revista Observatório**, v. 3, n. 4, p. 518-539, 1 jul. 2017.

DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2017.

HESSEN, J. Teoria do conhecimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LATOUR, B. A esperança de Pandora. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução: Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petropolis/RJ: Vozes, 2011.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2ªed. São Paulo: Atlas, 2009.

MASETTO, M.T. Docência na universidade. 4ªed. São Paulo: Papyrus, 2002.

MORAES, N. R. DE; CAMPOS, A. DE C.; MÜLLER, N. DE M.; GAMBA, F. B.; GAMBA, M. F. D. D. F.; BRAGA, W. R. DE O. O CONCEITO DE TERRITÓRIO DENTRO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS BRASILEIRAS. **Revista Observatório**, v. 2, n. 4, p. 442-455, 30 out. 2016.

MORAES, N. R. DE; SOUZA, F. DA C.; HAMADA, C. DOS S. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: recorte a partir de uma revisão bibliográfica sistemática. **Revista Observatório**, v. 5, n. 4, p. 670-709, 1 jul. 2019.

NUNES, S. G.; PORTO JUNIOR, F. G. R.; MORAES, N. R. DE. CONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO: indicativos pós-Bolonha de uma sociedade em construção. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 338-353, 1 out. 2017.

PORTO JÚNIOR, F.G.R. Processo de Bolonha: história, formação e ensino na União Europeia. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

PORTO JUNIOR, F. G. R.; MORAES, N. R. DE. FORMANDO PESQUISADORES PÓS-BOLONHA EM PORTUGAL: relações entre a formação de graduação e o campo da pesquisa/investigação. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 202-228, 1 out. 2017.

RIBEIRO, D. A universidade necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SANTOS, B.S.; ALMEIDA FILHO, N. A universidade do século XXI: para uma universidade nova. Coimbra/Portugal: Almedina, 2008.

SANTOS, J.M. O pensamento de Niklas Luhmann. Covilhã/Portugal, Universidade de Beira Interior, 2005.

SEIFFERT, M.E.B. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2018.

_____. ISO 14001: sistemas de gestão ambiental, implantação objetiva e econômica. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, C.P. A matemática no Brasil: uma história de seu desenvolvimento. Curitiba: Editora da UFPR, 1992.

SIMÕES, M.L. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. Revista Temas da Educação. V.22, n.2, p. 136-152, jul/dez. João Pessoa/PB, 2013. Disponível em <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17783/10148>>

TEIXEIRA, A. Educação não é privilégio. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

TÖNNIES, F. Community and society. Michigan/EUA: Michigan State University Press, 1957.